

□ **ESPAÇO ABERTO**
22 JUL 1989
Feijão com
arroz: um, dois

DIONÍSIO DIAS CARNEIRO

A aceleração da inflação que se seguiu à fase de congelamento do Plano Verão foi mais rápida do que esperavam seus idealizadores mais realistas. Após as frustrações associadas à inflação de março, em pleno congelamento, o anúncio de que a inflação esperada para junho seria da ordem de 23% sinalizou a forma desastrosa com que foi encerrada a tentativa de desindexação e o esforço de estabilização associado ao Plano Verão.

Com a reindexação plena da economia, o governo voltou a reeditar a estratégia que fora denominada em 1988 de "feijão-com-arroz", agora explicitamente utilizada como uma forma de tentar fazer a economia chegar ao final do ano sem que seja detahada a hiperinflação aberta. A viabilidade do feijão-com-arroz modelo 1989 requer, em primeiro lugar, que os agentes econômicos absorvam a idéia de que a política de estabilização vá proceder até o final do governo com algum sentido de continuidade, e não com choques. E que isso seja percebido como suficiente para conter a aceleração inflacionária que é temida para o resto do ano.

Uma política de feijão-com-arroz que tenha sucesso deve percorrer o estreito caminho entre duas alternativas, com conseqüências a longo prazo imprevisíveis.

**O estreito
caminho
entre
duas
alternativas**

A primeira é a necessidade eventual de se promoverem controles diretos mais drásticos para administrar a taxa mensal de inflação. É improvável que uma taxa de inflação superior a 20% ao mês possa ser mantida sob domínio sem grandes artificialidades na gerência do controle de preços. Maior repressão de preços públicos pode ultrapassar os limites da artificialidade; o recurso a importações competitivas com eventual "atraso" do câmbio é outro instrumento para a manutenção da inflação em 1989 sob controle. O resultado seria maior deterioração nas contas públicas e nas contas externas, o que é brincar com fogo. Maior artificialidade nas correções de preços aumentaria a probabilidade de que o governo tenha de promover uma desrepressão súbita dos preços no final deste ano ou no início de 1990.

Ter-se-á obtido, neste caso, um mero adiamento da hiperinflação para 1990. Em tal cenário, a utilização abusiva dos controles diretos pode dar lugar, a médio prazo, a uma onda de liberalização após a explosão hiperinflacionária. Os limites para o crescimento econômico, neste caso, passam a depender da disponibilidade de financiamento externo a médio e longo prazos.

Em cenário alternativo, o desgaste a curto prazo da política de feijão com arroz viabilizaria politicamente a adoção do que foi denominado pela imprensa, ao final do primeiro semestre, de "choque liberal". Uma deterioração da balança comercial poderia ser o estopim desse cenário. Cedendo à tentação de promover um alinhamento rápido de preços na economia ainda este ano, o governo faria uma máxidesvalorização cambial para tentar eliminar o ágio do paralelo e promover a flutuação livre da taxa de câmbio para acalmar os exportadores. Esta parece ser a via mais provável para a geração de uma hiperinflação aberta já no segundo semestre de 1989. As conseqüências de médio prazo são imprevisíveis, pelos potenciais efeitos destruidores sobre as relações econômicas, sobre a capacidade de investir.

A viabilidade da política atual requer que ao longo do segundo semestre de 1989 ocorra a diminuição do ágio no mercado paralelo de divisas, com o retorno da normalidade tanto nas contas externas quanto na percepção acerca da manutenção das regras de remuneração dos ativos financeiros domésticos, além da colaboração imediata do Congresso para tornar viável pelo menos uma política fiscal mais coerente no próximo ano. Só a disposição para "administrar" a taxa de inflação é pouco, e implica desgaste crescente e autodestrutivo para a equipe econômica.

□ Dionísio Dias Carneiro é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.